

Inflação - um fenômeno de causas múltiplas: os problemas da economia brasileira sob a ótica de um administrador

Fauze Najib Mattar

Professor Assistente Doutor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O cientista moderno sabe que raros são os fenômenos resultantes de uma única causa; normalmente, inúmeros fatores contribuem com diferentes pesos para a ocorrência de determinado fenômeno.

O mesmo pode ser afirmado em relação à inflação na economia brasileira. São inúmeros os fatores que contribuem para sua ocorrência e somente o combate simultâneo a todos esses fatores resultará no efetivo controle e na extinção do fenômeno inflacionário.

Esta Nota objetiva apontar e analisar essas diferentes causas da inflação, propondo medidas que eliminem ou reduzam seus efeitos.

Um dos principais erros históricos no combate à inflação no Brasil é o diagnóstico de que a sua única ou principal causa é o excesso da demanda privada oriunda de pretensão crescimento do salário real, bem como da massa salarial. Este diagnóstico não resiste à simples verificação histórica entre a evolução real dos salários e a da inflação. A insistência nessa estratégia de combate à inflação, associada à permanência do processo inflacionário, levou a grande maioria do povo brasileiro a elevado grau de pobreza, associado a uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Segundo dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios divulgados pelo FIBGE (vide tabela a seguir), 10% dos mais ricos cidadãos brasileiros, que já concentravam em 1981 44,9% da renda de salários, elevaram essa participação para 51,5% em 1989; os restantes 90% tiveram, no mesmo período, sua participação reduzida de 54,9 para 48,5%, respectivamente.

Distribuição de renda no Brasil (1981 e 1989)

(Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho)

% da População		% da Renda	
		1981	1989
10%	+ Ricos	44,9%	51,5%
5%	+ Ricos	31,9%	37,7%
1%	+ Ricos	12,1%	15,9%
<hr/>			
10%	+ Pobres	0,9%	0,7%
20%	+ Pobres	2,9%	2,3%
30%	+ Pobres	5,9%	4,7%
40%	+ Pobres	9,5%	7,5%
50%	+ Pobres	14,3%	11,2%
60%	+ Pobres	20,3%	16,2%
30%	Classe Média	34,6%	32,3%

Nota: Distribuição do rendimento mensal de trabalho de pessoas ativas, excluída a população da área rural da Região Norte

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

Pode-se ainda visualizar, pela tabela apresentada, os 60% da população, que em 1981 detinham 20,3% de participação na renda, tiveram esse índice reduzido para apenas 16,2%, ou seja, a situação agravou-se. Ao mesmo tempo que esse processo empobrece a população, prejudica o mercado consumidor brasileiro.

Uma análise histórica dos países mais desenvolvidos

mostra que o estímulo ao surgimento e ao crescimento de um grande mercado consumidor interno possibilitou às empresas a produção em massa e o conseqüente barateamento dos produtos através das grandes economias de escala assim obtidas. As vantagens concorrenciais decorrentes possibilitaram a essas nações a obtenção de grande penetração no comércio internacional. Infelizmente, a opção escolhida para o Brasil parece ser exatamente a oposta – concentração de renda e restrição do mercado consumidor a pequena parcela privilegiada da população –, resultando em grandes e justas pressões sociais e reduzindo a competitividade internacional a níveis cada vez mais baixos.

Diante dos dados expostos, fica a inevitável pergunta: como pode o salário ser considerado inflacionário no Brasil?

Outro fator, eleito recentemente como responsável pela inflação no Brasil, refere-se aos gastos públicos. O diagnóstico é apenas parcialmente correto, por ignorar diversos outros fatores. Além disso, apesar das preocupações do Governo para com esse fator, sente-se a falta de política coerente e de ações concretas visando a redução do déficit público. Observa-se que os gastos públicos têm sido cortados indiscriminadamente e alguns desses cortes refletem-se sobre a empobrecida população brasileira: sistemas de saúde e educação públicas falidos; rodovias e ferrovias intransitáveis; sistema de seguro social público corrompido; sistema de segurança nacional obsoleto em termos de equipamentos; sistema judiciário sobrecarregado, desequipado e, por isso, lento, oneroso e ineficiente; administração pública, de forma geral, ineficaz etc.

Questiona-se, portanto, se esse seria o caminho correto: o que será deste país, de seu povo, de seu governo e de suas empresas falidas? Até quando serão suportáveis os inúmeros planos e pacotes econômicos, elaborados a partir de diagnósticos incorretos e/ou incompletos que nos são impostos? Os diagnósticos econômicos têm apontado apenas alguns poucos fatores como responsáveis pela inflação e as medidas econômicas, adotadas a partir desses diagnósticos, acabam resultando em esforços inúteis e desgastantes.

A realidade dos sistemas econômicos modernos é extremamente complexa e as tentativas de representá-la através de modelos simples têm se mostrado inadequadas.

Portanto, o cerne da questão está no correto diagnóstico da inflação e na elaboração de um plano com ações de curto, médio e longo prazos que combata, simultaneamente, todas as causas diagnosticadas. Colaborar para a elaboração desse diagnóstico é o propósito deste trabalho.

Os diversos fatores que ocasionam a inflação são:

- nível da demanda (privada e pública);
- déficit público;
- monopólios e oligopólios;
- fatores psicológicos;
- fatores educacionais; e
- fatores sócio-culturais.

NÍVEL DA DEMANDA

O nível da demanda privada é, sem dúvida, um dos fatores que pode ocasionar inflação. Faz-se necessário, po-

rém, o correto diagnóstico do nível da demanda para saber, em determinado momento, se esse fator estará exercendo ou não pressões inflacionárias.

Não haverá pressão inflacionária se o nível da demanda de determinado produto for igual ou aproximado à capacidade de produção instalada dos seus produtores (excetuando-se monopólios e oligopólios). Nesta situação, as empresas terão capacidade de produção próxima ao seu limite para atender à demanda. Seus custos fixos estarão sendo rateados pela maior quantidade possível de produção. Os preços dos produtos deverão permanecer estáveis; qualquer alteração significativa, para mais ou para menos, fará a empresa operar num ponto de menor otimização desses custos fixos.

Quando o nível da demanda for substancialmente diferente – maior ou menor que a capacidade de produção dos agentes produtivos – surgirão pressões inflacionárias de demanda ou de custos, dependendo se o nível da demanda exceder a capacidade de produção ou vice-versa.

Inflação de demanda

É o tipo de inflação constante e erroneamente apontado como aquele que ocorre no Brasil. Este diagnóstico é correto quando o nível da demanda excede muito e constantemente a capacidade de produção das empresas. Para equilibrar a demanda com a capacidade de produção, os empresários tendem a elevar seus preços sem, a princípio, qualquer razão relacionada a custos, causando, desta forma, inflação de demanda (o que ocorreu durante o Plano Cruzado). Quando esse tipo de causa inflacionária ocorre, o Governo age corretamente ao tomar medidas visando a redução da capacidade aquisitiva da população através de elevação de impostos, criação de empréstimos compulsórios, majoração da taxa de juros, redução dos prazos de financiamentos, diminuição do número de parcelas em planos de consórcios, proibição de formação de novos grupos de consorciados e até, redução de salários – medida tecnicamente correta, porém ilegal –, dentre outras. Como evidência de equívocos no diagnóstico das atuais causas da inflação brasileira, basta verificar que, comprometente à acentuada queda do poder aquisitivo da população ocorrida nos últimos dez anos, à drástica redução da atividade produtiva, aos elevados níveis da taxa de desemprego e ao grande número de falências e concordatas requeridas, persistem consideráveis taxas de inflação. Portanto, é evidente não serem as causas da atual inflação devidas à demanda aquecida. A insistência em reduzir a demanda tenderá a gerar mais inflação.

Inflação de custos

Neste caso, a demanda da empresa – provavelmente devido à ação governamental de reduzi-la, mais que o necessário, objetivando evitar inflação de demanda – fica muito abaixo de sua efetiva capacidade de produção. Partindo do pressuposto de que os seus custos diretos (mão-de-obra direta, matérias-primas, peças e componentes) não tenham aumentado, mesmo assim a empresa se vê pressionada a elevar os preços de seus produtos a fim de obter as mesmas

margens de lucro, uma vez que, nessa contingência, seus custos fixos deverão ser rateados por menor quantidade produzida. Estudos têm revelado que nem todas as empresas conseguem repassar para os preços essa maior carga de custos fixos por unidade. Esse procedimento é adotado por empresas monopolistas e oligopolistas, bem como por setores da economia que, embora não monopolistas ou oligopolistas, agem através de sindicatos ou associações patronais. Ao ocorrerem pressões inflacionárias desse tipo, o governo deveria, através dos instrumentos econômicos ao seu dispor, estimular a demanda até o nível próximo à capacidade de produção das empresas, e não o contrário. Simultaneamente, deveria exercer efetiva vigilância somente sobre os preços praticados pelos setores monopolizados e oligopolizados.

A demanda pública, fora dos setores essenciais para manutenção das necessidades da população, nos quais a demanda gerada deve corresponder aos anseios dessa população, pode e deve ser utilizada como instrumento de fomento ou desestímulo da demanda de setores específicos da economia como forma imediata de administrar pressões inflacionárias, quer sejam de demanda, quer de custos.

DÉFICIT PÚBLICO

Para facilitar o entendimento do problema do déficit público usaremos raciocínio elementar, de fácil compreensão e presente intuitivamente em todo agente econômico. Para que um agente econômico sobreviva ao longo do tempo, a soma de todos os recursos financeiros despendidos deve ser menor ou, no máximo, igual à soma daqueles correspondentes à receita. Este raciocínio é válido considerando-se o decorrer de um longo período, já que desequilíbrios momentâneos e esporádicos podem ser neutralizados mediante empréstimo de recursos de terceiros que, no futuro, deverão ser devolvidos acrescidos dos respectivos custos financeiros.

Há dezenas de anos, a saída de recursos na área pública brasileira é sempre maior que a entrada, causando o déficit público crônico gerador de inflação, quer através de pressão sobre as taxas de juros exercidos pelos governos ao tomar maciços empréstimos do setor privado, quer através de emissão descontrolada de moeda, ambos objetivando financiar esse déficit. Há, portanto, necessidade urgente de buscar-se o equilíbrio das finanças públicas através de mecanismos não inflacionários, sem o qual programas econômicos de qualquer natureza estarão fadados ao fracasso.

Esse equilíbrio deve ser alcançado pela elevação das entradas de recursos financeiros ou pela redução de suas saídas ou, ainda, pela adoção de ambas as alternativas. Vamos analisar as possíveis entradas e saídas de recursos financeiros na área pública e o que pode ser feito, em cada caso, para serem atingidos o necessário equilíbrio e a conseqüente eliminação da pressão inflacionária.

Entradas de recursos:

- receitas de impostos (R1)
- empréstimos internos (R2)
- empréstimos externos (R3)

Outras entradas

(lucros, transferência e venda de empresas estatais e de outros imobilizados públicos) (R4)

Saídas de recursos:

- despesas públicas (S1)
- investimentos públicos (S2)
- serviço da dívida interna (S3)
- serviço da dívida externa (S4)
- subsídios governamentais (S5)

Outras saídas

(prejuízos/défcits com empresas estatais) (S6)

Assim, o equilíbrio tão necessário e desejado somente será obtido quando $R1+R2+R3+R4$ for maior ou igual a $S1+S2+S3+S4+S5+S6$.

Receita de impostos

Para aumentar a receita proveniente de impostos, no Brasil, não basta simplesmente elevar as alíquotas daqueles já existentes; há a necessidade urgente de reforma tributária que, ao mesmo tempo, simplifique os procedimentos tributários, promova maior justiça tributária e possibilite efetiva fiscalização do poder público, objetivando eliminar a enorme evasão de receitas via sonegação fiscal. A simplificação deveria ocorrer através de drástica redução do número de impostos e taxas, a que hoje os contribuintes estão sujeitos; drástica redução do número de contribuintes obrigados aos recolhimentos; e fixação de alíquotas em valor suficiente para a obtenção da receita de impostos desejada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal – via recolhimento único, levado a crédito de cada Governo sem os repasses que atualmente ocorrem –, acompanhada de severa fiscalização junto a esse pequeno número de grandes contribuintes. Em síntese, o Governo deveria arrecadar toda a sua necessidade tributária junto às empresas de produtos básicos como cimento, vidro, aço, alumínio, plásticos, borrachas, entre outros, e junto ao grande comércio (grandes atacadistas e grandes varejistas), liberando os demais setores de transformação e de comércio, que estariam livres de qualquer obrigação tributária, com exceção do Imposto de Renda. Ao mesmo tempo que esta nova sistemática tributária resolveria o problema da receita do Governo, aliviaria a grande maioria dos contribuintes dos inúmeros tributos atualmente vigentes, reduzindo custos administrativos e facilitando enormemente a tarefa do Estado na efetiva fiscalização da sua receita tributária, com redução dos níveis de sonegação praticamente a zero.

Empréstimos internos

Sob a forma de entrada de recursos ao Governo, este item é considerado como desgastado e sem credibilidade no Brasil de hoje. Portanto, fica difícil sugerir mudanças para melhorar esse fluxo de recursos. A única que nos ocorre seria modificar o perfil da dívida existente, abrangendo

período de no mínimo 5 e no máximo 10 anos, através de mecanismos do mercado financeiro, difícil de ser concretizada, a não ser por medidas arbitrárias e autoritárias como aquelas utilizadas no Plano Collor I.

Empréstimos externos

O Brasil precisa negociar a dívida externa alongando seu perfil, de forma a possibilitar o pagamento do principal dentro das suas reais possibilidades, com o serviço da dívida pago pontualmente nos respectivos vencimentos. No entanto, esta proposta permanece em longa negociação, não por falta de proposta adequada, mas pela desorganização interna da nossa economia, não proporcionando aos credores a necessária confiabilidade de que seremos capazes de cumprir nossas propostas.

Outras receitas

Muita coisa poderia ser feita pelo Governo para melhorar as Finanças Públicas.

A primeira delas diz respeito à lucratividade das empresas estatais. Partindo do pressuposto que qualquer empresa deve ser lucrativa, inclusive as estatais, desde que não realizem função social de governo, toda empresa pública pode e deve ser lucrativa, condição a ser viabilizada através de racionalização administrativa; eliminação de nepotismo na contratação de pessoal; utilização de modernas técnicas de administração em vendas-marketing, em recursos humanos, em produção, em administração de estoques etc., reduzindo recursos aplicados em imobilizados suntuosos e desnecessários, além da prática de tarifas e preços realísticos. O conjunto dessas medidas elevará o lucro dessas empresas e parte dele, não necessária a seu desenvolvimento e sua expansão, poderá ser repassada ao Governo, melhorando as Finanças Públicas. Todas as empresas inviáveis em termos de lucro, e cuja existência não se justifique em termos de papel social de Governo, deveriam ser imediatamente descontinuadas (privatizadas ou simplesmente paralisadas).

A segunda diz respeito à racionalização da administração do patrimônio imobilizado público, imenso em termos de terras, terrenos e edifícios – luxuosos ou não –, que precisa ser devidamente cadastrado e ter sua utilização analisada. Quando constatada má, incorreta ou desnecessária utilização deverá o patrimônio ser imediatamente vendido, mediante critérios pré-fixados, à semelhança do que foi feito com os apartamentos e mansões em Brasília. Medidas devem ser estendidas a todas as instituições, autarquias, fundações e empresas estatais ligadas ao Governo. A arrecadação advinda dessas vendas atenuaria parte da dívida interna do Governo.

Despesas públicas

A má administração das despesas públicas é um verdadeiro sumidouro de recursos. Além do viés cultural do brasileiro, ao considerar que na área pública não há padrão e,

portanto, ninguém se preocupando se determinadas ações implicam em economias ou despesas – muitas vezes desnecessárias – para o erário, o controle dessas despesas é feito através de instrumentos elementares de administração aplicados de forma muito rudimentar. Prova disso são os sistemas orçamentários públicos, elaborados sobre premissas irrealis e bases deliberadamente inchadas para que, mesmo com eventuais cortes da administração central – normalmente feitos de forma linear e sem critérios objetivos –, cada unidade ainda opere com orçamento superior ao necessário. Além disso, tudo é feito para que os valores orçados sejam efetivamente gastos e até ultrapassados (justificando reforço orçamentário), uma vez que o orçamento não consumido é considerado perdido, expondo a unidade orçamentária como má previsoras, implicando a redução de seu orçamento para o período seguinte, pois o principal fator levado em consideração na elaboração e na aprovação do próximo orçamento é a efetiva realização das despesas no período anterior.

Fornecedores da área pública têm conhecimento da preocupação das unidades de despesas, procurando consumir seus excessos de orçamento nos meses de outubro, novembro e dezembro de cada ano. Se esse vício no processo orçamentário não for eliminado, será impossível obter-se um mínimo de racionalidade na realização das despesas públicas.

Os Tribunais de Contas, que deveriam ter eficientes sistemas de controle sobre a despesa pública, não atingem seus objetivos, principalmente porque um órgão visando a controlar as ações do Executivo, jamais poderia ser a ele subordinado por ferir um dos princípios básicos do controle: quem controla precisa ter grande autonomia e flexibilidade para funcionar como órgão de investigação, inclusive com grau de autoridade sobre o controlado. Este problema seria solucionado com a mudança da alçada dos Tribunais de Contas, do Poder Executivo para o Legislativo ou Judiciário, além de serem modificadas as estruturas organizacionais desses órgãos, com a contratação de técnicos altamente gabaritados para exercer as atividades essenciais de fiscalização. Além disso, seriam necessárias mudanças na legislação atribuindo a esses órgãos efetivo poder, até de punição. Como os abusos relatados não são exclusivos do Poder Executivo, como regra geral, cada Poder Governamental, além de seus próprios sistemas de controle, deveria ser controlado pelos outros dois Poderes no que se refere exclusivamente a despesas públicas.

Outro aspecto da despesa pública que precisa ser lembrado diz respeito à administração dos recursos humanos do Governo. Antes de serem efetuadas demissões indiscriminadas e precipitadas, faz-se necessária uma completa reforma administrativa das estruturas públicas federais, estaduais e municipais dos três Poderes.

Os leigos em administração entendem reforma administrativa como simples mudança nos quadros de pessoal das unidades, admitindo ou demitindo funcionários, juntando e/ou separando Secretarias e Ministérios, podendo tudo ser resolvido em um ou dois meses de trabalho; esta visão equivocada pode maximizar o caos em que já se encontra a administração pública brasileira.

Uma completa e correta reforma administrativa deveria, necessariamente, considerar:

- A reavaliação de objetivos e papéis de cada órgão governamental, pois muitos deles foram criados para atender necessidades ocasionais da sociedade, não sendo mais justificadas suas existências; outros, criados para resolver problemas de órgãos já existentes, duplicando esforços inutilmente; outros, ainda, têm estrutura maior ou menor que a necessária; concluindo, necessidades da sociedade não estão refletidas, de forma geral, na estrutura governamental.
- Propostas de novas estruturas organizacionais ou modificação das existentes, de acordo com a análise feita no item anterior.
- Adequação do quadro de pessoal aos objetivos e às estruturas reformulados, por contratação de técnicos especializados, transferência de funcionários para outros órgãos nos quais sejam necessários ou colocar à disposição de um órgão central o excesso de pessoal e aqueles não possuidores das qualificações técnicas essenciais para a função exercida, ficando a cargo desse setor a realocação desses funcionários, sua reciclagem ou demissão, caso seja impossível ou desnecessário seu aproveitamento. Treinamento, reciclagem e avaliação de desempenho são atividades essenciais.

Entre medidas paralelas que precisariam ser tomadas citamos redução, ao mínimo, dos cargos em comissão (exceção àqueles do primeiro escalão), programas de revalorização e profissionalização do funcionário público, elaboração e/ou atualização de cargos e carreiras e, finalmente, programas de melhoria salarial. Deverão ser feitas mudanças na Constituição, permitindo à administração dos recursos humanos do governo maior flexibilidade. A estabilidade funcional, ao mesmo tempo, evita demissões injustas e mantém, indefinidamente, funcionários desnecessários, ociosos, incompetentes, improdutivos e, às vezes, até desonestos. O desafio está em encontrar mudanças constitucionais que mantenham a estabilidade funcional, não mais em termos absolutos mas segundo regras definidas, e levem em consideração as necessidades do Estado bem como as qualidades individuais.

Investimentos públicos

O melhor desempenho do governo neste item passa, necessariamente, pela redefinição do papel do Estado, que apresenta características exageradamente intervencionistas por sua presença em atividades da economia – mesmo quando ela não se justifica –, manifestando-se através de uma voracidade legiferante fora do comum. Principalmente com relação à presença direta, torna-se essencial reavaliar o seu papel, buscando uma nova postura.

Analisando os diversos papéis do Estado em diferentes países, e comparando-os com resultados concretos para suas economias, concluímos que numa democracia moderna eles devem se restringir a legislação; justiça; previdência e assistência social; educação; saúde; transporte básico; segurança nacional; preservação do meio ambiente; fomen-

to ao desenvolvimento social, econômico, científico-tecnológico, artístico, cultural e esportivo. Segundo esta redefinição do papel do Estado, o lema que passaria a nortear suas ações seria: "tudo o que a iniciativa privada for capaz de realizar de forma eficaz, sem a presença do Estado, deverá ser por ela realizado". Desta forma, tudo o que o Estado faz hoje e não se enquadre nos itens acima deveria ser repassado para a iniciativa privada; assim, empresas como Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobrás, Banco do Brasil, Embratel, Eletrobrás, Cosipa, Telebrás, Companhias de Telecomunicações de cada Estado, Sistema Portuário, Sistema Aeroviário, entre outras, deveriam ser privatizadas o mais rápido possível e a arrecadação advinda utilizada na redução do déficit público e/ou social.

Fora das áreas consideradas de sua competência, investimentos governamentais somente se justificariam quando utilizados para promoção e fomento ao desenvolvimento. Uma vez atingidos os objetivos aos quais foram destinados, esses recursos deverão ser liberados para reciclagem, na promoção e no fomento de novos desenvolvimentos e em outras atividades, jamais ficando presos indefinidamente, como ocorre atualmente.

Além disso, outras atividades que tradicionalmente cabem ao Estado deveriam ser repassadas à iniciativa privada, como a construção e a manutenção de estradas, pontes, viadutos, túneis etc., mediante a concessão de exploração através da cobrança de pedágios por determinado período. Precisamos urgentemente entender que a capacidade de investimentos do Estado era limitada e há muito se esgotou; porém, as necessidades da sociedade brasileira, num país com dimensões continentais e população pobre e carente, crescem em progressão geométrica e formas criativas de atendê-las precisam ser encontradas. Finalmente, ainda em relação ao tema, gostaríamos de registrar já estar na hora de os homens públicos brasileiros entenderem que os recursos do Governo e da sociedade são extremamente limitados e, por isso, não mais é admissível o dispêndio desses escassos recursos em obras desnecessárias ou inúteis, como inúmeros palácios de concreto e vidro construídos por este Brasil afora, aeroportos onde aviões raramente pousam, estradas que ligam nada a lugar nenhum, sambódromos para serem usados uma vez por ano, frotas enormes de veículos luxuosos, bem como em mordomias pessoais, injustificáveis num país de tanta pobreza, verdadeiros sumidouros de recursos públicos.

Serviço da dívida interna

Problema que só será devidamente equacionado através do alongamento do perfil dessa dívida, conforme já afirmado no item empréstimos internos. De certa forma, o governo conseguiu minimizar o problema quando, compulsoriamente, alongou essa dívida e seu serviço. Julgamos o período de 18 a 30 meses insuficiente, tendo em vista que o Governo ainda não conseguiu **arrumar a casa** para poder honrar o compromisso sem gerar fortes pressões sobre o déficit público e, conseqüentemente, pressões inflacionárias. Para a resolução definitiva desse problema, o governo de-

veria alongar ainda mais o perfil dessa dívida, para um horizonte de no mínimo 5 e no máximo 10 anos. Para tal, deveria, discricionariamente, escolher os cidadãos e as empresas que mais se beneficiaram com a situação econômica do país nos últimos 20 anos, para arcarem com o ônus desse alongamento. Reconhecemos ser esta proposta antipática, mas infelizmente não vemos outra alternativa.

Serviço da dívida externa

Num primeiro momento este problema afeta o Brasil a nível externo, prejudicando a imagem do país em termos de confiabilidade para novos investimentos. Num segundo, a nível interno, investimentos estrangeiros deixam de ser efetuados, chegando mesmo a haver desinvestimentos. Para minimizar este problema o Brasil deveria propor o pagamento imediato de parcela do serviço da dívida vencido (o quanto suas reservas permitissem), com a incorporação do restante ao principal, condicionado à garantia de ingresso de novos recursos conforme a evolução da nossa economia e ao pagamento em dia dos próximos vencimentos.

Para esta proposta ser aceita é imprescindível a organização interna de nossa economia, única forma de inspirar confiança aos credores. Como este não é problema exclusivamente do Brasil, mas de todos os países em desenvolvimento do terceiro mundo, exigindo completa reformulação a nível mundial, deveremos procurar uma negociação conjunta. Enquanto cada país tentar equacionar isoladamente a sua dívida junto aos credores, difícil será a obtenção de resultados favoráveis; a negociação conjunta para uma nova ordem mundial deverá trazer melhores frutos.

Subsídios governamentais

A situação de total descontrole da área pública vivenciada pelo país torna essencial que todos os subsídios – a qualquer título – sejam imediatamente cortados. Futuros subsídios deverão ser estabelecidos a partir de novas diretrizes definidas pelo Congresso Nacional, evitando-se ao máximo a possibilidade de favorecimentos injustificados.

Somos frontalmente contra alguns tipos de subsídios dirigidos diretamente à população como *ticket* de leite, vale refeição, vale transporte, cesta básica e outros que configuram atitude tipicamente paternalista do Estado, interferindo nas decisões dos indivíduos. Ao invés de se pagar salários decentes, que permitam ao cidadão viver com dignidade, opta-se pelo baixo salário, complementado por subsídios governamentais, acabando com a cidadania e fazendo da maioria da população massa de manobras políticas.

Prejuízos/déficits com empresas estatais

Tema já explorado no item *outras receitas*. Estes prejuízos devem ser totalmente eliminados através de racionalização, privatização ou mesmo fechamento das empresas cujos objetivos não justifiquem a permanência delas ligadas ao Governo.

MONOPÓLIOS E OLIGOPÓLIOS

Existem inverdades que, repetidas até a exaustão, passam a ser consideradas como verdadeiras. É freqüente observarmos economistas e/ou empresários advogando a liberação total de todos os controles governamentais para que tenhamos efetivamente uma economia de mercado. Qualquer manual de microeconomia nos ensina que, para ocorrer a verdadeira economia de mercado, com preços determinados pelo próprio mercado, é preciso haver simultaneamente grande número de ofertantes e demandantes para um determinado produto.

Em qualquer outra situação, quando: os ofertantes são em número infinitamente menor que os demandantes; o ofertante é único; os demandantes são em número infinitamente menor que os ofertantes; ou o demandante é único, o preço resultante nunca será definido pelas próprias forças de mercado, mas imposto pela parte que tiver maior poder de barganha.

A economia brasileira é caracterizada pela presença de grande número de monopólios (inclusive os de empresas governamentais) e oligopólios, motivo pelo qual é utópico imaginar que possa funcionar como verdadeira economia de mercado. De forma geral, as empresas reagem exatamente ao contrário do desejado pelo governo quando este, usando dos meios de que dispõe, reduz a demanda esperando baixar os preços; quando isso não ocorre é, em parte, devido à ação desses monopólios e oligopólios, atuando geralmente em ramos básicos da economia e causando efeito em cascata sobre a inflação resultante da sua ação. Nesses casos, e somente nesses, somos favoráveis ao controle governamental de preços como condição *sine qua non* para a redução da espiral inflacionária.

Um simples levantamento mostrará que as empresas nestas condições não deverão ultrapassar 500, ou seja, número possível de ser controlado/vigiado/acompanhado pelos agentes governamentais. O controle de preços da economia como um todo, além de não funcionar causa desabastecimento, deixando o Governo que o tenta completamente desmoralizado e desacreditado junto à população devendo, portanto, ser descontinuado.

FATORES PSICOLÓGICOS

Fatores psicológicos causadores da inflação são, efetivamente, os mais difíceis de serem diagnosticados e combatidos, mas não menos importantes. Vivenciado há várias gerações, o fenômeno inflacionário já foi incorporado pelo povo brasileiro como normal e corriqueiro, tornando-se difícil viver sem ele. É evidente que, se questionados, todos dirão ser seu maior desejo viver num Brasil sem inflação; mas bastaria informá-los que sua caderneta de poupança renderia, ao final de um trimestre, juros reais de 3% (com inflação zero) para ficarem totalmente desestimulados, retirando rapidamente suas economias e procurando ansiosamente por outras opções de investimento mais rentáveis ou, para desencanto dos planejadores econômicos, canalizarem seu dinheiro para o consumo desenfreado.

Fato análogo ocorreria com os trabalhadores. Imagine-mos os empregados, no Brasil, obtendo aumento de salário de apenas 3% reais em um ano (sem inflação); acreditamos que haveria uma revolução! Note-se que estes fatores psicológicos atingem indistintamente todos os agentes econômicos. É comum empresários resolverem aumentar os preços de seus produtos, sem haver razão relacionada com seus custos, simplesmente porque há algum tempo não mexem na tabela de preços, ou porque o índice de inflação foi elevado. Assim, que comportamento pode ser esperado de setores da economia que, ao longo de vinte anos, aprenderam a obter lucros quase exclusivamente através da ocorrência de inflação? Infelizmente, somos uma sociedade viciada em inflação e só nos conscientizamos disso quando temos a oportunidade de passar longo período em algum país com economia estável, percebendo a paranóia de que estamos acometidos.

Por outro lado, os inúmeros planos e pacotes econômicos aos quais o brasileiro foi exposto por quinze anos, e mais intensamente nos quatro últimos, todos com infrutíferos resultados, fizeram com que ficasse psicologicamente arrasado, sentindo-se descrente em relação às autoridades governamentais e até mesmo ao país. Há, na nação, clima de anarquia, desorganização e total descontrole, causando dificuldades de entendimento pela aplicação de tantas medidas econômicas, as quais se sucedem em ritmo cada vez mais alucinante. Quando os agentes econômicos começam a entendê-las, novas medidas são adotadas, criando clima propício para desinvestimento, fuga de capitais e de recursos humanos, procura de obtenção do máximo retorno em menor período pela incerteza do que ocorrerá em curto, médio e longo prazos.

Depois de tantos planos e pacotes, a população brasileira tende a reagir com indiferença a qualquer medida econômica adotada pelo Governo e, precavida, assume atitudes que cada vez mais dificultarão a ação governamental (por exemplo, a dolarização, a transferência de recursos para o exterior etc.). É necessário – através de diagnósticos corretos, medidas efetivas e exemplos concretos por parte do Governo, objetivando debelar a inflação – retomar gradativamente a confiança perdida, para que a sociedade passe a reagir favoravelmente, sem o que qualquer estratégia estará, com absoluta certeza, fadada ao insucesso.

FATORES EDUCACIONAIS E SÓCIO-CULTURAIS

Um dos mais fortes fatores sócio-culturais que atrapalham o combate à inflação é representado pela já célebre Lei de Gerson: "O brasileiro gosta de levar vantagem em tudo". Infelizmente é uma verdade aplicável, indistintamente, a empresários, governantes (Executivo, Legislativo e Judiciário), operários fortemente sindicalizados (como petroleiros, metalúrgicos do ABC e de São Paulo, metroviários, portuários etc.). Todos, a princípio, concordam que alguma coisa deve ser feita para obter-se a estabilidade econômica, sendo inevitável alguém pagar a conta, desde que não seja

ele, ou sua categoria. Só conseguiremos resolver nossos problemas pelo amplo entendimento nacional, ao qual jamais chegar-se-á enquanto predominar a citada Lei de Gerson.

Por outro lado, a população brasileira ainda não está educada para o consumo. O brasileiro é preponderantemente um consumista, ocorrência normal em populações com curto histórico de consumo. Quando se é exposto pela primeira vez ao consumo, esta atividade é feita de forma irrefletida e irracional. À medida que essa exposição é contínua e o indivíduo educa-se para o consumo, seu comportamento passa a ser mais racional, exigente e comedido, tendo noção de seus direitos e tornando-se menos vulnerável aos argumentos do vendedor. Aprende a comparar produtos e preços, pechinchar, comparar juros e prestações. Infelizmente, na realidade, ainda estamos nos primeiros estágios da sociedade de consumo, para desalento dos planejadores econômicos.

A forma de trabalhar essa variável, de maneira a reduzir seus efeitos sobre a inflação, seria educar o consumidor através de campanhas publicitárias nos meios de comunicação de massa, elaboração de cartilhas ensinando hábitos econômicos saudáveis ao consumir, inclusão nos currículos escolares de matérias sobre práticas adequadas de consumo e, também, dotar a sociedade de infra-estrutura governamental eficaz, à qual possa recorrer em defesa de seus direitos como consumidora. Um primeiro e importante passo já foi dado com a vigência do Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, o empresariado brasileiro precisa amadurecer rapidamente, passando a ter ampla compreensão do seu papel e o de sua empresa no contexto socio-econômico do país. A empresa deve existir não só para gerar lucro e riqueza aos seus proprietários, mas também para a sociedade na qual está inserida, através de geração de empregos, recolhimento de impostos e contribuições sociais e melhoria da qualidade de vida da população.

Concluindo, entendemos que dada a complexidade das variáveis intervenientes no processo inflacionário, um plano de estabilização econômica jamais deveria ser elaborado apenas por um pequeno número de pessoas de mesma formação profissional, sob o risco de graves erros de interpretação da complexa realidade da economia brasileira, conforme procuramos mostrar neste artigo. Portanto, para um projeto de estabilização econômica ter consistência e coerência em todos os aspectos, deveria ser elaborado por uma equipe de profissionais multidisciplinares, com a presença de economistas, psicólogos, sociólogos, administradores, advogados, além de representantes de segmentos significativos da sociedade como empresários, operários, entre outros e, depois de assim elaborado, submetido ao Congresso Nacional para complementações e aprovação.

Sem a abrangência proposta por este trabalho e o envolvimento de todas as partes interessadas, acreditamos que planos e pacotes outros não resolverão os problemas da economia brasileira.

Recebido em março/91